

as perturbações oriundas das oscilações da conjuntura econômica, bem como utilizar-se de meios eficazes para impedir o desemprego em massa. E' por essa razão que os poderes públicos responsáveis pelo bem comum são chamados, com maior insistência, a exercer no campo econômico uma ação mais variada, mais extensa e mais bem ordenada do que no passado. Aotando, para isso, convenientemente, as suas instituições, os seus órgãos, os seus meios e métodos.

55 — E' necessário insistir, entretanto, que, por mais vasta que possa ser e por mais que se insira na vida da comunidade, a atuação do Estado, no campo econômico, não só não deve suprimir a liberdade de ação dos particulares, mas, ao contrário, deve favorecê-la, para que permaneçam intocados os direitos essenciais da pessoa humana, entre outros, o direito e o dever que assistem a todo o homem de prover à sua sustentação e à sua família. Donde se segue, que todo regime econômico deve permitir e facilitar a todos os indivíduos o livre exercício das atividades produtivas.

56 — E' a história, de resto, que demonstra, sempre mais claramente, a impossibilidade de uma sociedade próspera e bem organizada, sem uma estreita colaboração entre os particulares e o poder público, no domínio econômico; colaboração a ser prestada com esforço mútuo e concordância, tendo em vista a que as tarefas de ambas as partes correspondam do melhor modo às necessidades do bem comum, segundo as circunstâncias e os costumes peculiares a cada época.

57 — A experiência, de fato, nos ensina que onde falta a atuação da iniciativa privada, a tirania se apodera do Estado. Mais ainda, a estagnação se estende a numerosos setores da economia, gerando, assim, a carência dos bens de consumo e dos serviços destinados, não só a satisfazer as necessidades do corpo, como, principalmente, as aspirações do espírito. Ora, é na obtenção desses bens e serviços que o genio criador e a diligência dos indivíduos são postos à prova e admiravelmente incentivados.

58 — Onde, ao contrário, a devida ação do poder público não se faz sentir, ou atua de maneira defeituosa, o Estado se deixa arrastar rapidamente a desordens irremediáveis, e os mais poderosos, cospidos de escrupulos, exploram, no seu benefício, a miséria dos outros, — que gente dessa espécie, tal o João no meio do trigo, nunca faltou, desgraçadamente, em nenhum tempo e em nenhum lugar! (Encíclica "Mater et Magistra", tradução brasileira do texto original latino pelo Padre Antonio de Oliveira Godinho, São Paulo, 1962).

Senhores participantes da reunião plenária da integração do Nordeste. Nestas normas, encontramos a Encíclica Papal que condensam a sabedoria de séculos e uma clara visão da hora presente, há todo um roteiro para os vossos trabalhos e para a ação conjugada do poder público e da iniciativa dos particulares, no que diz respeito ao estudo e à solução dos problemas nordestinos que são, ntes de tudo, problemas brasileiros. Deixei queira que não falte nem vontade, nem seriedade de propósitos nesta empresa que desafia a capacidade e o patriotismo do povo brasileiro. Estes são os votos que, ao dar por inaugurados os vossos trabalhos, vos formula o Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo. (Palmas.)

Tem a palavra o Sr. Mário B. Garnero, Presidente do INES.

O SR. MARIO B. GARNERO (Sem revisão do orador) — Exmo. Sr. deputado Roberto Costa de Abreu Sodré, Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo. Exmo. Sr. Ministro Celso Furtado, digníssimo representante do Sr. Presidente da República. Exmo. Sr. Governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. Exmo. Sr. Governador Aluizio Alves. Exmo. Sr. Senador Apolônio Sales Exo. General Peri Bevilacqua Comandante da II Região Militar. Exmo. Sr. Governador eleito Virgílio Távora. Exmo. Sr. Paulo Guerra, Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco e representante do Governador do mesmo Estado. Exmos. Srs. representantes dos Governadores dos Estados de Piauí e da Paraíba. Srs. Secretários. Srs. Membros do corpo consultor. Sr. Representante do Ministro da Aeronáutica Cel Affonso Costa. Sr. Vice-Governador eleito Dr. Laudo Natel. Srs. Representantes das classes. Minhas senhoras. Meus senhores.

Convictos de estarmos dando uma nova e decidida contribuição ao movimento de integração do Nordeste no desenvolvimento nacional, assistimos hoje à instalação desta reunião plenária de Integração do Nordeste. Complementamos com a honrosa presença dos Ilustres Governadores Autoridades, pessoas interessadas na premente integração nordestina, a série de atividades que, desde os tempos em que estivemos à frente dos acadêmicos da Faculdade Paulista de Direito, vimos promovendo em favor da unidade nacional.

Estão ainda bem nítidas em nossas memórias as circunstâncias sob as quais organizamos, anteriormente, o I e o II Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste e também, o Movimento Nacional de Integração em favor do Nordeste. Preocupados com o visível estiolamento econômico da região, unimo-nos aqueles que sempre viram no reerguimento econômico e social daquela região do Nordeste um imperativo do próprio desenvolvimento brasileiro.

Hoje, nós e os inconformados diante das disparidades regionais e do crescimento desarmônico que ameaçava institucionalizar-se, no país vemos, com infindável satisfação, uma rápida melhoria de perspectivas.

Sob uma emulação talvez sem precedente em nossa história, o panorama econômico do Nordeste brasileiro começa a transformar-se. Já nos permitimos, a esta altura, cercar de um otimismo plenamente justificável qualquer análise sobre o futuro nordestino, apesar das infindáveis dificuldades que restam a vencer. A verdade é que o Nordeste de hoje está mudando de fisionomia, preparando-se para o arranque definitivo que o levará a bem situar-se no desenvolvimento global do país.

E' outro, muito diferente daquele de há poucos anos, o clima psicológico em meio ao qual o Nordeste despenha diante das demais regiões. Felizmente, podemos considerar inteiramente superada a fase em que a maioria dos apelos a favor do Nordeste se fundamentava em inocuos e a ilustres argumentos de filantropia ou de caridade. Mercê de um gigantesco movimento, nascido espontaneamente em todos os pontos do país, o Nordeste conseguiu firmar como área geo-econômica de imenso potencial e irresistíveis atrativos. Um número cada vez maior de brasileiros se convenceu de que o Nordeste é, sobretudo, uma região capaz de oferecer generosas e inapartadas a quaisquer iniciativas tomadas em sua esfera de interesse. Expurga-se, rapidamente, da opinião pública nacional, o errôneo conceito de que o Nordeste é o eterno flagelado carente de ajuda.

A verdade sobre o Nordeste revelou-se claramente a partir do momento em que o país lhe deu condições mínimas para tentar o reerguimento econômico e sustar uma absurda, porém verificável, descapitalização. Enfrentando barreiras, o planejamento impôs-se, finalmente, como premissa do desenvolvimento nordestino, ultrapassando arcaicas estruturas político-sociais que, através de muitos anos, obstarão a penetração de ações progressistas.

Atacados os problemas de infraestrutura em todos os setores da administração pública, criados os indispensáveis estímulos e atrativos aos investimentos, consolidados os planos de obras, agora submetidos a programações que podem infundir um mínimo de segurança a qualquer projeto, vislumbram todos os brasileiros inéditos panoramas naquela região, pintada como "hostil" através de anos de equívocos arraigados.

Realidade de nossos dias é que o Nordeste está sendo praticamente "redescoberto" pelos empresários de todos os setores, tendendo a constituir, dentro em pouco, um vasto mercado de trabalho e um excepcional fulcro de atividade econômica. Estamos, finalmente, às portas do reerguimento que custou a surgir, mas que nunca fugiu às esperanças de milhões de nordestinos e de lucidas mentes que em São Paulo e em outros Estados do Brasil sempre defenderam o ideal de um desenvolvimento harmônico e equitativo, a bem dos maiores interesses nacionais. Mercê de amplos atrativos fiscais e financeiros, bem como do deslindamento de insuspeitados recursos de matéria-prima e da análise realística do promissor mercado nordestino, organiza-se rapidamente o fluxo de capitais privados para aquela região. As fábricas se multiplicam, a SUDENE passa a receber a média de um novo projeto industrial por dia e evidência-se magnificamente a dinamização da economia regional. Capitais maciços hoje buscam o Nordeste orientando-se para onde possam melhor reproduzir-se. E' a confirmação, categórica, da radical mudança do ponto de vista do qual o Nordeste era antes apreciado.

Sentimos um patriótico orgulho por termos dado o melhor de nossos esforços para ajudar a obter essa extraordinária mudança. Defendemos, com todas as armas a nosso alcance, a consolidação do espírito do planejamento. Com tenacidade, procuramos difundir junto à opinião pública os ideais de integração do Nordeste, que não raro sofreram abalos e retardamentos em sua marcha irreversível. Tudo isto, porém, não nos basta e nem ao menos nos tranquiliza. Examinando com realismo a nossa conjuntura, ficamos convencidos de que a luta pela integração do Nordeste apenas vence a fase preliminar. E' indispensável agora que, baseados em fatores que as suas novas condições impõem, procuremos os rumos mais adequados para acelerar o seu desenvolvimento.

No sentido da integração econômica nordestina, assume especial importância o papel de São Paulo. Foi com plena consciência deste fato que o INES, em seguida ao II Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste, dedicou-se a estudar meios que permitissem a ampla cooperação econômica, técnica e financeira de São Paulo, em termos de planejamento e mediante sistematização apta

a produzir a maximização de esforços. Essa iniciativa calcada sempre na hipótese consagrada de que ha interesses recíprocos e vantagens mútuas nos planos de cooperação entre São Paulo e as demais regiões do país, levou-nos à formulação das bases do Serviço de Intercâmbio com os Estados, organismo político destinado a cumprir altíssimas finalidades cooperativas com os Estados brasileiros e, em especial com os Estados do Nordeste. Este trabalho, que tivemos a honra de encaminhar ao ilustre governador Carvalho Pinto em julho do ano passado, deixamos entregue às Comissões de debates da reunião que hoje se instala.

Senhores

Estamos certos de que a Reunião Plenária de Integração do Nordeste, que vamos iniciar-se, será um verdadeiro referencial de uma nova fase em que todos os brasileiros cordenarão intimamente as suas ações para acelerar o desenvolvimento auspiciosamente esboçado do Nordeste. Os nomes ilustres que honrosamente acederam em participar deste encontro sabendo, não temos dúvida, estabelecer as bases do maior plano de cooperação interestadual já idealizado no país, construindo nosso grandioso e permanente objetivo — os vínculos definitivos da Unidade Nacional.

(Palmas prolongadas)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Exmo. Sr. Governador do Estado, Prof. Carvalho Pinto.

O SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Srs. governadores e demais autoridades, Senhoras e Senhores.

"Ao termo de quatro anos de mandato, exercido em um dos períodos mais agitados da vida nacional, sacudido o País, de Norte a Sul, pela tensão social, pelas dificuldades econômicas e pelos imprevistos de uma estrutura política em evidente crise, deixo o governo de São Paulo com uma série de conclusões que a dura experiência do mandato me permitiu solidificar.

Uma delas — e a mais profunda — é a de que a Pátria, para subsistir, para crescer, para se afirmar precisa — a todo custo e a todo transe — manter-se unida, manter-se una. E para manter-se una, precisa ser Pátria justa. E para ser justa, é essencial que as disparidades regionais e sociais desapareçam de seus horizontes.

O Brasil é um continente a ser construído. Realizemos bem esta verdade. Tomemos consciência deste desafio. Mas esta construção não se pode alicerçar nas profundas diferenciações econômicas entre as suas regiões e entre os seus filhos.

Atingindo a era industrial no momento em que outros mais afortunados países já a conquistaram de longos anos, não consigo antever, para a economia brasileira, um desenvolvimento do tipo tradicional. Certamente que a nossa expansão não se fará — como a das grandes nações que nos precederam na grandeza e na independência econômica — tendo por base a exportação de produtos manufaturados, o comércio internacional, o proveitoso intercâmbio com países subdesenvolvidos. Tudo leva a crer, pelo contrário, que a grande possibilidade da expansão nacional situa-se no esforço para a criação de um mercado interno suficientemente forte, e capaz, portanto, de assegurar a absorção fecunda de todo o seu esforço econômico.

Ora, senhores, como será possível crer nas possibilidades de uma própria indústria, se vivemos, não em um todo homogêneo, integrado e harmônico, mas, em um arquipélago econômico que admite a mais variada gama dos estágios e das graus de desenvolvimento, desde que as mais primitivas manifestações do fenômeno econômico até as mais modernas expressões do requanto tecnológico?

Quadro de tal natureza não admite otimismo exagerado, nem tranquilidade. Caminhar, pois, para a homogeneidade, lutar pela integração das diversas economias regionais, esforçar-se pelo rápido aumento dos padrões de vida dos homens do Nordeste, pugnar pelo fortalecimento das suas estruturas econômicas, implantar a indústria naquela região, não é obra de filantropia, de auxílio paternal, de sentimentalismos cívicos. Não. E' de sobrevivência. E' tarefa essencial de quem deseja, realmente, viver em um Brasil desenvolvido, independente e livre. Alicerçada na justiça, na fraternidade, é esta também a única maneira racional e correta de romper as amarras da pobreza e guilhotinar a Pátria às alturas de Nação rica e respeitada.

Não nos iludamos, porém, quanto às dificuldades da tarefa. Não é missão para tubos ou para demagogos. E' empreitada de fôlego para quem esteja disposto a enfrentar os poderosos dispositivos de estrutura firmemente fixadas no País e beneficiárias de uma situação injusta e anômala. E' trabalho que exige imaginação, técnica rigor e coragem. E' preciso despojar-se de preconceitos econômicos e de compromissos políticos. Não se trata de dar cordão, nem de promover, apenas, a melhoria artificial de padrões de vida, pela realização de obras assistenciais. Muito menos é questão de assegurar eventuais compradores de produtos manufaturados, ou de estabelecer, em níveis compatíveis, áreas subordinadas a outras mais desenvolvidas. E' nem, por outro lado, se trata de examinar recursos das regiões mais desenvolvidas em um distributivismo primário e superficial. O que urge é criar condições reais de expansão econômica do Nordeste. E' permitir que ele se industrialize e se integre, em nível de igualdade, no complexo econômico nacional, pela conjugação das possibilidades de todas as regiões.

Deixado ao livre curso das estruturas atuais, não creio que o progresso do Nordeste possa vingar.

Pois não me parece desacertada a tese, perfilhada hoje por ilustres economistas, de que, dentro do atual sistema, as disparidades de graus de desenvolvimento entre as diversas regiões do País tendem a acentuar-se e não a diminuir ou atenuar-se.

O jogo cego e frio das estruturas econômicas não nos levará a outro fim. Sejamos realistas e francos. Só a decidida intervenção da vontade humana, só a ação democrática e disciplinada do poder público, criando e aplicando mecanismos corretivos, poderá corrigir a distorção, desviando o curso indesejável dos acontecimentos econômicos.

Urge, pois, elaborar uma política rígida e lucida, de oposição a esse determinismo antieconômico e antinacional e traçar um plano coerente e enajoso, capaz de intensificar, rapidamente, o ritmo de crescimento econômico do Nordeste brasileiro.

Julgo não ser demais repetir que vejo, nesta solidariedade, o fundamento da verdadeira política de industrialização e, consequentemente, de desenvolvimento do País.

Em São Paulo, governei com um Plano de Ação. E nem consigo ver outra maneira de atacar, com seriedade, o problema do Nordeste. Parece-me de importância fundamental a institucionalização, no País, do planejamento global do desenvolvimento econômico e, por isso, sinto-me feliz por ver que este anelo nacional toma forma, hoje em toda a Nação, com o Plano Trienal elaborado pelo eminente conferencista desta noite, ministro Celso Furtado.

Plano global, abrangendo em visão panorâmica todo o processo socio-econômico do País, que pode servir de orientação para os esforços regionais e dar suporte real aos planejamentos dos Estados. Boa receita para os nossos males. Trilha segura para os que apreenderam que a administração caótica e imediatista só conduz à estagnação, ao desperdício de recursos, à insatisfação das massas, a politiquice primária, à debilitação do arcabouço político da Nação.

Conforta-me deixar este governo com a convicção de que as angústias que sofremos e as renúncias que conscientemente fizemos para abrir um senda pioneira, a despeito da incompreensão de alguns, encontraram ressonância em tantas e tantas consciências brasileiras, a ponto de, hoje, tornar-se um truismo a afirmação de que: Governar é Planejar.

E' só assim que consigo compreender o problema do Nordeste! É tarefa nacional. Não diz respeito aos nordestinos, enquanto beneficiários da solidariedade nacional e aos outros brasileiros enquanto dispensadores de graças. Não. Absolutamente não. Diz respeito a toda a Nação. Diz respeito, sobretudo, aos mais favorecidos, às regiões em is prósperas, pois que o progresso do Nordeste é condição essencial não só do aumento mas até da permanência daquela prosperidade.

É questão de implantar condições de crescimento e autonomia econômica e não apenas de suavizar aflições momentâneas. É conquista a ser feita por meio do Planejamento Global que integre e harmonize Planos Regionais.

E' travar a dura luta contra privilégios, preconceitos, imediatismos e politiquice.

E, nesta luta, não sou voluntário do último momento. Procurei, sempre, dentro das limitações do meu poder, que o progresso de São Paulo fosse fonte da prosperidade dos Estados irmãos.

As nossas ferrovias projetam-se para o interior da Pátria, a fim de assegurar, de futuro, a ligação de Brasília com o mar, como já o asseguram as modernas rodovias.

As usinas hidroelétricas que construímos já servem de impulso dinamizador para dezenas de cidades de Estado vizinhas e agora, interligadas com os sistemas de Furnas, Três Marias e Paulo Afonso, unem São Paulo à Pátria, conjugando a energia que deverá propiciar o seu maior desenvolvimento industrial.

Urubupungá, sonho que acalentel no mais terno recondito da minha esperança, converte-se, dominando, hoje, quase dois terços do colossal Paraná na antevista de uma imensa área de indústria e de agricultura de primeira categoria, abrangendo 5 Estados da Federação e oferecendo trabalho e perspectivas de vida digna a milhões de brasileiros.